



**GEDES**

Grupo de Estudos de Defesa e  
Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE  
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

**INFORME BRASIL Nº 01/2023**

Período: 28/01/2023 - 03/02/2023

**GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ**

- 1- Brasil não adere aos envios de munições ocidentais à Ucrânia
- 2- Militares e a democracia I: ministro da Defesa afirmou que crise nas Forças Armadas chegou ao fim
- 3- Militares e a democracia II: Gilmar Mendes afirmou que a democracia brasileira “não precisa da tutela dos militares”
- 4- Militares e a democracia III: posicionamentos de jornais e colunistas
- 5- Governo nomeia 122 militares para o Gabinete de Segurança Institucional
- 6- A tragédia humanitária Yanomami e a atuação das Forças Armadas I: ministro do STF ordena apuração de crimes
- 7- A tragédia humanitária Yanomami e a atuação das Forças Armadas II: operações militares
- 8- A tragédia humanitária Yanomami e a atuação das Forças Armadas III: posicionamentos dos jornais e colunistas
- 9- A tragédia humanitária Yanomami e a atuação das Forças Armadas IV: Exército atualizou diretriz para relacionamento de militares com comunidades indígenas
- 10- Governo determina prazo para registro de armamento
- 11- Afundamento do porta-aviões São Paulo gerou controvérsias
- 12- Sigilo de processo disciplinar de Pazuello pode ser revisto

1- Brasil não adere aos envios de munições ocidentais à Ucrânia

De acordo com reportagem do periódico *Folha de S. Paulo*, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, negou um pedido para enviar munições do carro de combate Leopard-1, operado pelo Brasil e de fabricação alemã, aos esforços da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) de suporte à Ucrânia. A matéria apontou que o agora ex-comandante do Exército, general Júlio César Arruda, foi o responsável por fazer o pedido ao presidente e que o país receberia algo em torno de vinte e cinco milhões de reais pela venda de um lote de munições à Alemanha. A reportagem ainda denotou que a decisão pela neutralidade do novo governo brasileiro justifica-se em razão de uma série de acordos comerciais no âmbito de fertilizantes que o Brasil possui com a Rússia. (Folha de S. Paulo - Mundo - 28/01/23)

## 2- Militares e a democracia I: ministro da Defesa afirmou que crise nas Forças Armadas chegou ao fim

De acordo com reportagem do periódico *Correio Braziliense*, o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro Filho, afirmou que a crise que assolava as Forças Armadas “chegou ao fim”. Segundo o jornal, tanto a estratégica troca de comando nas Forças Armadas quanto a defesa da legalidade pelos novos comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica garantiram ao ministro “descanso após os tormentosos dias que culminaram no 8 de janeiro”. Ao *Correio*, Múcio ainda reiterou que “as relações com as Forças Armadas serão cada vez mais tranquilas, em prol do país”. A *Folha de S. Paulo* noticiou que o ministro da Defesa justificou a demora para o desmonte do acampamento golpista em frente ao Quartel-General do Exército na capital federal, Brasília, em razão do aumento vertiginoso do número de registros de armas de caçadores, atiradores e colecionadores (CACs) durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Segundo o jornal, Múcio declarou em entrevista a um canal televisivo: “O Exército tem 220 mil homens, e no governo passado foram autorizados quase 800 mil CACs. Então tem 800 mil pessoas no Brasil que tiveram licença para andar armada”. A *Folha* também publicou que o argumento de um possível confronto entre golpistas armados e a Polícia Militar foi utilizado por generais para convencer o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a aguardar o dia seguinte, 9 de janeiro, para autorizar o desmonte o acampamento. O jornal acrescentou que os ministros da Justiça e da Segurança Pública, Flávio Dino, e da Casa Civil, Rui Costa, eram favoráveis a uma ação contundente na madrugada do dia 8 de janeiro; já o ministro da Defesa manteve-se alinhado com os militares. Em outra reportagem da *Folha*, o novo comandante do Exército, general Tomás Miguel Ribeiro Paiva, afirmou que as investigações sobre os atos golpistas de 8 de janeiro vão avançar e, após reuniões com o presidente da República, o vice-presidente, Geraldo Alckmin, e o ministro da Defesa, expressou que “militar ou civil, ninguém está acima da lei”. Ainda de acordo com a reportagem, os assuntos destas reuniões teriam sido a indústria de defesa e o pedido de confiança do comandante para pacificar as relações entre o novo governo federal e o Exército. O *Correio* noticiou que a Procuradoria-Geral da República apresentou ao Supremo Tribunal Federal (STF) a sexta denúncia associada aos atos golpistas de 8 de janeiro. Desta vez, foram denunciados por associação criminosa e incitação ao crime cerca de 225 pessoas que estavam no acampamento em frente ao Quartel General do Exército em Brasília, capital federal. (*Correio Braziliense* - Política - 29/01/23; *Correio Braziliense* – Política – 31/01/23; *Folha de S. Paulo* - Política - 28/01/23; *Folha de S. Paulo* – Política – 01/02/23)

## 3- Militares e a democracia II: Gilmar Mendes afirmou que a democracia brasileira “não precisa da tutela dos militares”

Em entrevista ao *Correio Braziliense*, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes afirmou que a democracia brasileira “não precisa da tutela dos militares”. De acordo com o ministro, apesar de desempenharem uma função constitucional importante e relevante, as Forças Armadas não devem se politizar e disse “aos fardados que não aceitam o resultado das urnas que deixem os postos e se candidatem a cargos eletivos”. Para o ministro do Supremo, também é preciso responsabilizar e punir aqueles integrantes que apresentaram “conduta desviante” e estiveram envolvidos no ocorrido de 8 de janeiro em Brasília. Ao *Correio*, Gilmar Mendes ainda avaliou não ser possível aos militares liderarem um novo movimento golpista, sobretudo após o discurso do novo comandante do Exército, o general

Tomás Miguel Ribeiro Paiva. Nas palavras do ministro: “Não vejo que haja [...] essa viabilidade [para um golpe]. Mas é claro que nós devemos consolidar a democracia”. Quando questionado sobre as falas do ministro da Defesa acerca do fim da crise entre as Forças Armadas e o novo governo, Gilmar Mendes disse que, em sua opinião, “ainda haverá algum período de desconfiança” entre ambos, mas que “é preciso que haja um retorno dessa relação de confiança”. (Correio Braziliense - Política - 29/01/23)

#### 4- Militares e a democracia III: posicionamentos de jornais e colunistas

A atuação e o envolvimento de integrantes das Forças Armadas nos ataques antidemocráticos de 8 de janeiro em Brasília dividiram opiniões entre periódicos e colunistas. Em seu editorial, o *Correio Braziliense* defendeu a importância da punição dos “terroristas que atacaram [...] o coração da República”, inclusive de militares da ativa que participaram desse “grupo de vândalos”. Para o *Correio*, a fala do novo comandante do Exército, general Tomás Miguel Ribeiro Paiva, foi acertada: num país com um histórico de “impunidade aos endinheirados e aos fardados”, a declaração do general reforça que “independentemente das patentes, [os militares] devem ser tratados como criminosos comuns”. Além da punição aos que contribuíram ativamente na destruição do patrimônio público, o jornal também defendeu a responsabilização dos militares que “facilitaram as ações dos bandidos”. De maneira similar, o professor e doutor em ciência política Antonio Lavareda caracterizou a atuação militar no dia 8 de janeiro como sendo “leniente”. Para Lavareda, o atraso e a omissão de setores do Exército no ataque aos três Poderes se assemelham ao levante da Ação Integralista Brasileira (AIB) de 1938: em ambos os casos, a tentativa de golpe teve apoio da sociedade civil e de setores das Forças. Por outro lado, em seu editorial, o jornal *O Estado de S. Paulo* argumentou que as Forças Armadas “têm mostrado um firme compromisso com a Constituição de 1988” e se opôs às “críticas simplistas às instituições militares”. De acordo com o periódico, embora alguns militares tenham sido de fato coniventes com o ocorrido de 8 de janeiro, a “contaminação de alguns militares com o bolsonarismo” é setorial e, portanto, não representa a atuação das Forças desde a redemocratização. Para o *Estado*, o padrão militar é historicamente marcado pelo respeito à democracia e pelo compromisso “com boas práticas públicas”. Em coluna ao *Estado*, o professor de filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Denis Lerrer Rosenfield, argumentou que a cisão das Forças Armadas em torno de militares constitucionalistas e golpistas é mais acirrada no Exército. Segundo ele, a atuação de três generais classificados como “democratas” foi fundamental para a não concretização de um golpe: general Tomás Miguel Ribeiro Paiva, atual comandante do Exército, general Valério Stumpf, chefe do Estado-Maior do Exército, general Richard Fernandez Nunes, comandante do Comando Militar do Nordeste. Na avaliação de Rosenfield, o desempenho dos três, nos bastidores, foi fundamental “[...]entre outras razões, para resguardar a imagem do Exército enquanto força coesa”, e o custo disso foram ácidas críticas de militares de extrema direita. O professor criticou o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por este não ter feito distinção entre posturas democratas e golpistas nos primeiros comentários a respeito do 8 de janeiro, tomando todos os generais “[...] em bloco como avessos à democracia”. Por outro lado, parabenizou Lula pela nomeação do general Tomás para o comando do Exército. O professor de Relações Internacionais e Estudos Estratégicos da UFRGS, Érico Esteves Duarte, em coluna para a *Folha*, avaliou que, se por um lado houve falha dos militares na crise desencadeada pelo 8 de janeiro, por outro, a República brasileira tem errado com os militares há tempos, a exemplo da

carência de uma agenda de Defesa que priorize a reforma das Forças Armadas e do Ministério; da falta de operacionalização do Conselho de Defesa Nacional, previsto na Constituição Brasileira; da débil supervisão parlamentar da política de defesa; e do insulamento militar do controle civil. Já o economista Arminio Fraga afirmou, em sua coluna à *Folha de S. Paulo*, que apesar da desconfiança de parte da população em relação às instituições democráticas, “o comando das Forças Armadas se manteve fiel ao Estado de Direito constitucional”, contribuindo, assim, para a consolidação da democracia liberal e do capitalismo de mercado no país – que, para Fraga, seriam “o melhor caminho para o Brasil”. (Correio Braziliense - Política - 29/01/23; Folha de S. Paulo - Ilustríssima - 29/01/23; Folha de S. Paulo - Mercado - 29/01/23; O Estado de S. Paulo - Opinião - 29/01/23; O Estado de S. Paulo – Espaço Aberto – 30/01/23)

#### 5- Governo nomeia 122 militares para o Gabinete de Segurança Institucional

A *Folha de S. Paulo* reportou publicação do Diário Oficial da União com a nomeação de 122 militares para o Gabinete de Segurança Institucional (GSI). Segundo o jornal, ao contrário da esperada desmilitarização do órgão após os atos golpistas de 8 de janeiro, houve apenas uma substituição, uma vez imediatamente ao ocorrido, 84 militares foram exonerados, especialmente aqueles próximos ao ex-presidente Jair Bolsonaro. A *Folha* também avaliou que o GSI foi alvo de críticas de aliados do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em razão da leniência com que atuou frente à invasão dos prédios públicos em Brasília. De acordo com o jornal, todos os novos servidores do GSI atuarão na Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial e cuidarão da segurança do presidente Lula. (Folha de S. Paulo – Política – 31/01/23)

#### 6- A tragédia humanitária Yanomami e a atuação das Forças Armadas I: ministro do STF ordena apuração de crimes

De acordo com os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, a gravíssima situação humanitária da comunidade indígena Yanomami no norte do país, com a decretação de estado de emergência pelo Ministério da Saúde em 20/01/2023, levou o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, a ordenar que a Procuradoria-Geral da União, o Ministério Público Militar, o Ministério da Justiça e Segurança Pública e a Superintendência Regional da Polícia Federal de Roraima investiguem suspeitas de prática de genocídio e de outros crimes por parte de integrantes do governo do ex-presidente da República, Jair Bolsonaro. Segundo a *Folha*, a decisão de Barroso menciona documentos que “sugerem um quadro de absoluta insegurança dos povos indígenas envolvidos, bem como a ocorrência de ação ou omissão, parcial ou total, por parte de autoridades federais, agravando tal situação”. Entre os atos relatados pelo jornal, está a Operação Jacareacanga, da qual participou a Força Aérea Brasileira, que supostamente foi alterada e permitiu alertar os garimpeiros ilegais da região, comprometendo a efetividade da ação. Segundo reportagem do periódico *O Estado de S. Paulo*, a via aérea tem sido a principal rota clandestina para garimpeiros ilegais saquearem áreas Yanomami no estado de Roraima. De acordo com o jornal, a cadeia logística dos garimpos que atuam ilegalmente na extração de minérios depende da utilização de aviões para realizar o transporte dentro e fora do país. Em documento do ano passado, fiscais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) já haviam identificado a atuação criminosa e sugeriram à Diretoria

de Proteção Ambiental do órgão que fosse solicitado à Força Aérea Brasileira (FAB) “o fechamento do espaço aéreo na terra Yanomami”. O *Estado* questionou a FAB acerca do documento, mas não obteve respostas. A instituição, no entanto, reiterou que “mantém alertas de defesa no espaço aéreo que compreendem a Terra Indígena Yanomami, [...] cumprindo ações de policiamento do espaço aéreo 24 horas”. Em coluna opinativa para a *Folha*, a jornalista Mônica Bergamo relatou que os ministros da Defesa, José Múcio, e da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, receberam da Defensoria Pública da União um pedido de reforço logístico para tratar da crise na comunidade Yanomami, especialmente o aumento da quantidade de aviões e helicópteros. O documento solicita “[...] uma resposta ainda mais efetiva e estruturada, com uma maior mobilização das Forças Armadas para o auxílio logístico a profissionais da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e da Secretaria de Saúde Indígena (Sesai)”. (Correio Braziliense – Política – 31/01/23; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 31/01/23; Folha de S. Paulo – Colunas e blogs – 31/01/23; O Estado de S. Paulo - Metrópole - 29/01/23)

#### 7- A tragédia humanitária Yanomami e a atuação das Forças Armadas II: operações militares

Os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* noticiaram que o governo federal planeja uma grande operação de combate ao garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami, coordenada pela Casa Civil da Presidência da República, em conjunto com a Polícia Federal (PF) o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e as Forças Armadas. O *Correio* informou que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, participou da reunião de planejamento da operação, que também contou com a presença de seis ministros, entre eles o da Defesa, José Múcio, e também do comandante da Aeronáutica, Marcelo Kanitz Damasceno. A *Folha de S. Paulo* relatou que Múcio planeja uma viagem para Roraima, junto aos comandantes das três forças, para auxiliar no esforço conjunto do governo federal. Em entrevista a um canal televisivo, o ministro da Defesa argumentou que o decreto do presidente Lula de 30/01/2023 permite um aumento do efetivo militar na região e que cada força terá um papel a desempenhar: o Exército se concentrará em trabalho de campo, identificando criminosos; a Marinha na vigilância dos rios; e a Aeronáutica no monitoramento do espaço aéreo e apoio logístico. O *Estado* informou, ainda sobre o decreto da presidência, que o espaço aéreo sobre a área indígena foi fechado, com vistas a impedir o tráfego que abastece o garimpo ilegal. O *Correio* destacou que o Ministério da Defesa é responsável pela inteligência da operação e pelo deslocamento aéreo de integrantes da equipe da PF, Ibama e outros órgãos. Segundo o jornal, a Força Aérea Brasileira (FAB) contava com mais de 10 caças A-29 (Super Tucano) de prontidão, equipados com metralhadoras e lançadores de foguetes, aptos a interceptarem pequenas aeronaves clandestinas, a exemplo daquelas usadas por garimpeiros ilegais. O *Correio* informou que cerca de 30 mil garimpeiros realizam operações ilegais na reserva indígena, número que supera a população Yanomami que vive no local, estimada em 20 mil pessoas. O *Correio*, a *Folha* e o *Estado* informaram que a FAB iniciou, em 01/02/2023, a Operação Escudo Yanomami, direcionada ao combate ao garimpo por meio da vigilância e restrição do espaço aéreo da Terra Indígena Yanomami, em Roraima. De acordo com os jornais, a FAB estabeleceu uma Zona de Identificação de Defesa Aérea (Zida) segmentada em três áreas: branca (reservada), amarela (restrita) e vermelha (proibida). No caso

da terceira, será restrita ao tráfego de aeronaves militares ou diretamente envolvidas na Operação. O *Correio* destacou que, na prática, a FAB já possuía autorização para interceptar aviões em atividades suspeitas e até mesmo alvejá-los, de acordo com as Medidas de Policiamento do Espaço Aéreo. Já o *Estado* ressaltou que o Comando da Aeronáutica emitiu portaria específica para lidar com o tráfego aéreo na comunidade Yanomami, vigente durante o estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional. O *Correio* complementou que a FAB também atua na região da Terra Indígena Yanomami no transporte de alimentos e remédios, além de ter montado um hospital de campanha na capital de Roraima, Boa Vista. (Correio Braziliense – Brasil – 31/01/23; Correio Braziliense – Brasil – 01/02/23; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 01/02/23; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 02/02/23; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 03/02/23)

#### 8- A tragédia humanitária Yanomami e a atuação das Forças Armadas III: posicionamentos dos jornais e colunistas

Os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* noticiaram e comentaram com grande destaque a tragédia humanitária vivida pelos indígenas Yanomamis no norte do país, que contabiliza mortes e doenças relacionadas à desnutrição, infecções respiratórias e malária. Em editorial, o periódico *O Estado de S. Paulo* ponderou que o grave problema não resulta apenas do descaso ou da má gestão do governo do ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, mas principalmente de uma ação criminosa por parte deste. Entre os fatos elencados pelo jornal para retratar a questão indígena no referido governo, o *Estado* rememorou uma reportagem da *Folha de S. Paulo* de 2019, na qual se relatava uma ação da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) que apontava “[...] uma suposta relação próxima entre integrantes do Exército que atuavam em Roraima e o garimpo ilegal”. No mesmo documento acessado pela *Folha*, alegava-se que militares do 7º Batalhão de Infantaria de Selva, localizado em Boa Vista, estado de Roraima, possuíam parentesco com garimpeiros da região e colaboravam para o vazamento de informações sobre operações de combate a atividades ilegais. Em coluna opinativa para o mesmo periódico, o jornalista Jorge J. Okubaro também argumentou que o drama humanitário vivido pela população Yanomami deriva de longos anos de ações e omissões de autoridades federais e clamou pela punição dos responsáveis pelos crimes, destacando a morte de mais de cem crianças em 2022 por doenças como pneumonia, malária, diarreia e até mesmo desnutrição. Entre os problemas, Okubaro ressaltou o envolvimento militar na questão, uma vez que “Há registros da atuação de militares em órgãos públicos que atuam na área indígena na função de fiscalização ou na de prestação de serviços de saúde e de assistência”, reforçando o completo fracasso de tais ações. O jornalista também questionou qual seria o preparo militar para proteger a população indígena e lamentou que o governo Bolsonaro tenha empregado tantos membros das Forças Armadas em cargos da administração pública. Em coluna para o *Correio Braziliense*, o jornalista Luiz Carlos Azedo afirmou que os Yanomamis “[...] estavam sendo exterminados por uma política de Estado”, além de relembrar um livro escrito pelo coronel Carlos Alberto Lima Menna Barreto, publicado pela Biblioteca do Exército, no qual se argumenta que a existência dos Yanomamis “era uma farsa”. Segundo o jornalista, o livro auxiliou a disseminar nas Forças Armadas e em outros setores sociais o receio da perda da soberania em regiões amazônicas, ideias que sustentaram a atuação do ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional do governo Bolsonaro, general Augusto

Helena Ribeiro Pereira, na época em que era comandante militar da Amazônia. Na avaliação de Azedo, a política de extermínio dos indígenas Yanomamis foi comandada pelo ex-presidente Bolsonaro e contou com a conivência de todos os órgãos federais, “inclusive os destacamentos de fronteira das Forças Armadas [...]”. Por sua vez, Igor Gielow, em peça analítica para a *Folha*, destacou a rapidez da resposta da Aeronáutica à ordem emitida pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ressaltou a inovação impressa na proposta da Zona de Identificação de Defesa Aérea, como forma de controlar o tráfego aéreo. Segundo Gielow, há apenas 20 propostas semelhantes no mundo, com vistas a “[...] antecipar a chegada de aeronaves hostis”. Em editorial, a *Folha* pontuou que o acionamento do Comando da Aeronáutica para controlar o espaço aéreo sobre a comunidade Yanomami revela uma medida negligenciada pelo governo Bolsonaro. Embora o jornal tenha destacado o preparo das Forças Armadas para conduzir tais operações, a exemplo do já existente e militarizado Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), também reconheceu a inação da instituição perante a tragédia humanitária. (Correio Braziliense – Política – 31/01/23; Folha de S. Paulo – Opinião – 02/02/23; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 03/02/23; O Estado de S. Paulo – Notas e Informações – 30/01/23; O Estado de S. Paulo – Espaço Aberto – 31/01/23)

#### 9- A tragédia humanitária Yanomami e a atuação das Forças Armadas IV: Exército atualizou diretriz para relacionamento de militares com comunidades indígenas

Em coluna para o jornal *Folha de S. Paulo*, o repórter Guilherme Seto noticiou que no dia 27/01/2023, no contexto da crise humanitária que assola o povo Yanomami, o Exército atualizou uma portaria de 2003, normatizando o relacionamento dos militares com as comunidades indígenas. De acordo com Seto, o novo documento, assinado pelo general Valério Stumpf Trindade, chefe do Estado-Maior do Exército, orienta militares e seus familiares adotarem uma “[...] atitude de conhecer e respeitar os hábitos, costumes e tradições dos povos locais”, em prol de uma convivência harmônica. Ademais, o texto substituiu o termo “índio” por “indígenas”, e manteve a recomendação para que jovens de comunidades indígenas ingressem das Forças Armadas. O repórter ressaltou que a atualização da diretriz ocorreu no momento em que aumentam as críticas à conivência e mesmo responsabilidade de militares com a grave crise dos povos Yanomamis. (Folha de S. Paulo – Colunas e blogs – 31/01/23)

#### 10- Governo determina prazo para registro de armamento

De acordo com os jornais *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, o governo federal alterou significativamente a política de flexibilização de armamentos vigente na presidência de Jair Bolsonaro (2019-2022) e, com isso, determinou um prazo de 60 dias para que as armas de fogo, de uso permitido ou restrito, sejam cadastradas no Sistema Nacional de Armas (Sinarm), sob responsabilidade da Polícia Federal. Segundo o *Correio*, a medida do Ministério da Justiça e Segurança Pública objetiva, entre outros pontos, concentrar no Sinarm todos os registros de armamentos, inclusive aquele mantido pelos caçadores, atiradores e colecionadores (CACs), antes registrados pelo Exército no Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (Sigma). (Correio Braziliense – Brasil – 02/02/23; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 02/02/23).

#### 11- Afundamento do porta-aviões São Paulo gerou controvérsias

O periódico *Folha de S. Paulo* noticiou que o afundamento do casco do porta-aviões São Paulo, que ocorreria no dia 01/02/2023, foi suspenso. O Ministério Público Federal recorreu ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região para garantir que o afundamento não ocorresse, uma vez que não foram apresentados “estudos que comprovem a ausência de risco ambiental” e à saúde pública. O jornal explicou que o casco do porta aviões, que possui 266 metros de comprimento, havia sido vendido pela Marinha brasileira ao estaleiro turco Sök, especializado em “desmanche verde” de navios, processo que garantiria descarte e reciclagem seguros. Entretanto, grupos de ativistas ambientais, como o Greenpeace e o Shipbreaking, protestaram quanto ao negócio e a Turquia impediu a entrada da embarcação em seu território. Os ambientalistas alegam que a quantidade de material tóxico, a exemplo do amianto, é maior do que a oficialmente informada. Adicionalmente, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) suspendeu a licença de exportação do navio e determinou seu retorno ao Brasil, ocorrido em 26/08/2022. A *Folha* também informou que a Marinha rejeitou a oferta R\$30 milhões de um grupo saudita para a compra do porta aviões. O jornal reproduziu parte da nota do Ministério da Defesa que confirmava o despejo do navio na costa brasileira em razão da “deterioração das condições de fluabilidade” e da “inevitabilidade de afundamento espontâneo”. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 02/02/23; Folha de S. Paulo – Ambiente – 03/02/23)

#### 12- Sigilo de processo disciplinar de Pazuello pode ser revisto

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, a Controladoria-Geral da União (CGU) avalia a retirada do sigilo de 100 anos do processo administrativo que apurou suposta transgressão disciplinar do então ministro da Saúde em 2021, general Eduardo Pazuello. O processo foi aberto em razão da participação do militar em palanque ao lado do então presidente da República, Jair Bolsonaro, sendo que o regulamento do Exército proíbe manifestações de caráter político-partidário. O *Estado* informou que, na época, o Comando do Exército decidiu impor o sigilo no processo, justificando a preservação da privacidade de Pazuello, mas ressaltou que o arquivamento ocorreu após pressão de Bolsonaro. Desta forma, os fundamentos que embasaram a não punição do general estão sob sigilo. O jornal explicou que, caso a CGU libere o acesso à documentação, o Exército receberá um prazo para proceder, mas pode recorrer da decisão. Sobre tema correlato, a coluna do repórter Guilherme Seto para a *Folha de S. Paulo* noticiou que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para regular a participação de militares da ativa em cargos da administração pública, chamada informalmente de PEC Pazuello, está travada na Comissão de Constituição e Justiça na Câmara dos Deputados desde maio de 2022, sob relatoria de dois deputados bolsonaristas. A autora da PEC, ex-deputada Perpétua Almeida, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), declarou ao jornal que a mudança de governo abre caminho para a tramitação da PEC, que visa acrescentar um dispositivo ao artigo 37 da Constituição Federal, impondo critérios para o exercício de cargo civil por militares da ativa. A proposta, que foi elaborada em 2021, prevê que “se tiver menos de dez anos de serviço, o militar deverá se afastar da atividade. Acima disso, passará automaticamente, no ato da posse, para a inatividade”. (Folha de S. Paulo – Colunas e blogs – 03/02/22; O Estado de S. Paulo – Política – 03/02/23)



## **SITES DE REFERÊNCIA**

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

### **Equipe**

#### **Coordenação**

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UFFRJ)

#### **Supervisão**

Ismara Izepe de Souza

Laura Meneghim Donadelli

Leonardo Pontes Vinhó

#### **Equipe redação UNESP/Franca**

Abrahão Henrique Alves de Lima (bolsista COPE)

#### **Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco**

Beatriz Grasiano Campos

Davi Campos Matos

Giovani Nunes de Aguiar

Grazielly Dourado Santos

Rodrigo Freitas de Souza

Thalia Cristina Vieira Lima